



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos

REFLEXÕES SOBRE O DESEMPREGO NO CAPITALISMO: UM OLHAR DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

TAINÁ ROCHA DOS SANTOS¹

RESUMO

Este artigo aborda a relação entre a questão social e o trabalho do/a Assistente Social, destacando o impacto do desemprego na atuação profissional. Com base em uma análise de conteúdo, são discutidos aspectos teóricos relacionados à importância do trabalho no contexto capitalista e à natureza contraditória do desemprego como parte do processo de reprodução das relações sociais capitalistas.

Palavras-chave: Desemprego. Serviço Social. Questão Social. Trabalho.

RESUMEN

Este artículo aborda la relación entre la cuestión social y el trabajo del/la Asistente Social, destacando el impacto del desempleo en la actuación profesional. Basado en un análisis de contenido, se discuten aspectos teóricos relacionados con la importancia del trabajo en el contexto capitalista y la naturaleza contradictoria del desempleo como parte del proceso de reproducción de las relaciones sociales capitalistas.

Palabras claves: Desempleo. Trabajo Social. Cuestión Social. Trabajo.

INTRODUÇÃO

Com a ascensão do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, houve profundas mudanças no mundo do trabalho, resultando em novas formas de organização e impactos significativos na sociedade: o desemprego e a precarização do trabalho aumentaram consideravelmente, levando a uma ampliação da precariedade nas condições laborais; a

¹ Universidade Federal de Alagoas

terceirização contribuiu para a redução dos salários, bem como para com a focalização dos direitos sociais.

Na atualidade, a produção é impulsionada pelo avanço tecnológico, substituindo o trabalho humano por máquinas, enquanto as empresas contratam com salários mais baixos e relações de trabalho precárias. O aumento do desemprego, o crescimento do trabalho informal e a expansão do trabalho temporário são fatores que aprofundam a precarização e a exploração da classe trabalhadora.

Apesar do desenvolvimento tecnológico e da substituição da mão de obra humana, o capital ainda depende do trabalho humano para se valorizar, mesmo que isso resulte em condições de trabalho cada vez mais precárias. Em suma, o capital pode reduzir o trabalho vivo e precarizá-lo, mas não pode eliminá-lo, pois sua valorização depende da exploração do trabalho humano.

A classe trabalhadora está cada vez mais fragmentada e dividida entre aqueles que possuem qualificação e estão inseridos no mercado de trabalho e os que, apesar da qualificação, enfrentam dificuldades de inserção e acabam inclusos no mercado informal, com todas as suas instabilidades e precariedades. Isso intensifica a concorrência no mercado de trabalho, formando um grande contingente de reserva, enquanto os que estão empregados enfrentam a pressão constante de perder seus empregos, sujeitando-se a diversas formas de exploração.

O desemprego agrava as manifestações da questão social, afetando diretamente as condições de vida da população e refletindo em diversos aspectos da vida social, como habitação, alimentação, saúde, lazer, cultura e segurança. Essa é uma realidade que está intrinsecamente ligada às políticas sociais que visam enfrentar a desigualdade social no país, onde os/as Assistentes Sociais desempenham um papel fundamental.

Desse modo, este trabalho busca refletir sobre o papel profissional diante da realidade enfrentada pela classe trabalhadora, bem como sobre o impacto do desemprego estrutural nessa classe e como esses aspectos se refletem nas demandas por políticas públicas e sociais, visando o enfrentamento das expressões da questão social.

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DA AÇÃO PROFISSIONAL



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para traçar um breve histórico do Serviço Social no Brasil, é crucial destacar sua institucionalização na América Latina, onde era considerada uma profissão subordinada a outras, como a medicina, sendo então visto como uma *subprofissão*. As primeiras escolas de Serviço Social surgiram dentro da estrutura da Igreja, evidenciando seu papel inicialmente ligado a instituições religiosas. Assim,

[...] afirma-se que em 1925 nasceu o Serviço Social profissional na América Latina, quando se cria a primeira escola em um país do continente, dando origem ao Serviço Social latino-americano, não só através de uma forte e decisiva influência externa, mas como mero reflexo, sucessivamente, do Serviço Social belga, francês e alemão e, depois, norte americano, sendo assim seu tributário nesses períodos distintos (Castro, 2008, p. 30).

A primeira escola de Serviço Social foi estabelecida no Chile por Alejandro Del Río, em 1925. De acordo com Castro (2008), o Serviço Social na América Latina foi inicialmente influenciado pela Europa entre 1925 e 1940 e, a partir de 1940, recebeu influências dos Estados Unidos. No Brasil, a gênese da profissão na década de 1930 refletiu a influência do modelo franco-belga, com orientação dos princípios da Igreja Católica. No entanto, ao buscar se afastar desses ideais doutrinários, o Serviço Social no Brasil passou a incorporar a vertente norte-americana, fundamentada no positivismo funcionalista. Somente nas décadas de 1980 e 1990 é que a profissão adotou predominantemente uma abordagem crítica baseada na teoria social de Marx, buscando uma ruptura com os paradigmas anteriores.

Segundo Yamamoto (2008), a constituição e a institucionalização do Serviço Social como profissão no Brasil ocorreram a partir da intervenção do Estado na regulação da vida social, especialmente no gerenciamento do conflito de classes na relação capital/trabalho, decorrente do processo de industrialização e urbanização.

A laicização do Serviço Social demorou a ocorrer, uma vez que a profissão foi amplamente influenciada pelo viés religioso até as décadas de 1960 e 1970. Apesar da incorporação de técnicas de intervenção como Estudo de Caso, Trabalho com Grupos e Comunidades, sob influência norte-americana, o Serviço Social no Brasil ainda refletia fortes traços de sua origem religiosa, principalmente devido às escolas de formação da época serem instituições religiosas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Com destaca Silva e Silva (2011), entre os anos de 1961 e 1964 no Brasil, o Serviço Social estava fundamentado no modelo de Serviço Social de Comunidade, influenciado pelos Estados Unidos. Nesse período, a prática de Assistência Social era direcionada para a comunidade, em contraste com o enfoque anterior no indivíduo (diante do que era posto com o Serviço Social de Casos). Os/as profissionais passaram a adotar novas técnicas em sua prática, tais como a organização de reuniões e a nucleação de grupos. Os valores da profissão eram predominantemente humanistas, e a formação profissional buscava o avanço técnico com o objetivo de integrar o indivíduo em uma sociedade mais *harmoniosa*.

Nesse sentido, o Serviço Social no Brasil adotou uma tendência modernizadora que visava aprimorar tecnicamente a profissão (Paulo Netto, 1999). Dentro dessa perspectiva, a formação profissional, conforme apontado por Silva e Silva (2011), passou a enfatizar a eficiência e a modernização da prática, com o planejamento, coordenação e administração desempenhando um papel fundamental. Além disso, os/as profissionais foram incentivados/as a se capacitar para atender às demandas emergentes e a colaborar com profissionais de outras áreas de formação.

Segundo Paulo Netto (2005a), a renovação do Serviço Social, sob a autocracia burguesa, pode ser caracterizada por três perspectivas distintas: 1) a Modernizadora, 2) a Reatualização do Conservadorismo e 3) a Intenção de Ruptura. Dentre essas, a última foi a que mais influenciou o processo de construção do projeto ético-político profissional.

A Perspectiva Modernizadora foi a primeira a se manifestar no processo de renovação da profissão, surgindo em 1965, e visava adaptar o Serviço Social às características políticas vigentes na sociedade após o Golpe de Abril de 1964. O autor supracitado argumenta que essa direção foi a que mais se consolidou dentro da profissão, caracterizando-se pela aceitação da ordem social como inquestionável e pela adoção de uma postura intervencionista que buscava integrar os sujeitos ao processo de desenvolvimento sistêmico. Essa abordagem profissional não rompe completamente com o tradicionalismo, mas o incorpora dentro de uma perspectiva "moderna", influenciada pelo positivismo norte-americano.

Na década de 1970, foi observada a Reatualização do Conservadorismo, caracterizada como a direção mais resistente às mudanças e que retoma os aspectos mais conservadores da gênese da profissão. Nesse período, o pensamento católico, agora sob uma abordagem mais intelectual, recorreu à Fenomenologia, levando os/as profissionais a atuarem numa *perspectiva psicossocial* (Paulo Netto, 2005a). Já nos anos de 1980, surgiu a Intenção de Ruptura, buscando



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

superar o Serviço Social tradicional tanto em termos teórico-metodológicos quanto intervencionistas. Nesse contexto, a teoria marxista ganhou destaque significativo no campo profissional.

Com isso, lamamoto (2004) destacou que

A ruptura com a herança conservadora [expressou-se] como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, [buscou] colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se [reduziu] a um movimento interno da profissão. [Fez] parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não [excluiu] a responsabilidade da categoria pelo rumo às suas atividades e pela forma de conduzi-las (lamamoto, 2004, p. 37).

Desse modo, compreende-se que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social teve sua gestação em meados da década de 1960, mas só ganhou força a partir da década de 1970. Conforme apontado por Paulo Netto (2005b), esse movimento foi um marco importante na profissão, sendo visto como uma crítica ao Serviço Social tradicional, marcado pelo assistencialismo e pela caridade, até então. O Movimento de Reconceituação reuniu Assistentes Sociais e outros profissionais (tais como as disciplinas das Ciências Sociais como Psicologia, Antropologia e Sociologia) convencidos da necessidade de contribuir para as mudanças sociais necessárias para superar o subdesenvolvimento.

O objetivo principal era romper com o tradicionalismo e com o conservadorismo, unindo profissionais interessados em promover o desenvolvimento econômico e social. A construção do atual Projeto Ético-político Profissional, fundamentado no pensamento histórico-crítico, permitiu consolidar essa ruptura com os antigos paradigmas da profissão.

O Serviço Social, ao longo de suas décadas iniciais e de consolidação no Brasil, pode ser compreendido como uma profissão que atua como mediadora entre os conflitos surgidos das relações sociais de produção no capitalismo e a intervenção do Estado no enfrentamento das expressões da questão social, entendida como o conjunto das desigualdades sociais geradas na sociedade capitalista madura – e seu enfrentamento seria inconcebível sem a intervenção estatal. lamamoto (2008) ressalta que essas desigualdades têm sua origem no caráter coletivo da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

produção, em contraposição à apropriação privada do trabalho humano e de seus frutos. Elas se manifestam como disparidades econômicas, políticas e culturais entre as classes sociais, mediadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, desafiando as relações entre os amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

Segundo a autora supracitada, a questão social se manifesta através da diversidade de expressões das desigualdades presentes na sociedade capitalista madura; à medida que a produção social se torna mais coletiva, o trabalho se torna mais socialmente compartilhado, mas os trabalhadores têm acesso cada vez menor aos frutos dessa produção, resultando na concentração de riqueza nas mãos de alguns, enquanto outros vivem na pobreza extrema. A globalização da produção e dos mercados exemplifica claramente esse contexto, onde a interferência do Estado e dos governos se faz presente.

Como destaca Paulo Netto (2011),

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais*. [...] No capitalismo do monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a “questão social” como que se *internaliza* na ordem econômico-política: não é apenas o acréscido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção “socializada”; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem se criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições *gerais* para a produção capitalista monopolista [...], articula o enlace [...] das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista com a efetivação dessas funções se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe (Paulo Netto, 2011, p. 29-30).

Desse modo, a questão social se evidencia com o aprofundamento do capitalismo na formação econômica e social, deixando de ser apenas uma contradição entre classes de pobres e ricos ou dominantes e dominados, e inserindo-se na contradição entre burguesia e proletariado. Nos grandes centros urbanos industriais, a questão social assume uma nova forma devido ao intenso crescimento da classe trabalhadora, acompanhado pela solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que permeiam seu conjunto. Esses laços são a base para a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

construção e para a possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa.

O/a Assistente Social, como profissional assalariado/a inserido/a no mercado de trabalho, desempenha suas atividades com base na execução das políticas públicas administradas pelo Estado, direcionadas principalmente para os grandes setores do proletariado, sendo o Estado o maior empregador desses profissionais. A inserção do Serviço Social junto à classe trabalhadora se reflete na forma como os/as profissionais passam a analisar criticamente suas intervenções e lutam pela garantia dos direitos da população usuária. Suas atribuições e competências são orientadas pelo Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser respeitadas tanto pelos profissionais quanto pelas instituições empregadoras (Iamamoto, 2008).

Atualmente, os/as profissionais da área enfrentam diversos desafios e precisam se qualificar continuamente para acompanhar a dinâmica da sociedade e compreender as particularidades da questão social em níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Lidam diretamente com questões como saúde pública, infância e adolescência, terceira idade, violência, habitação, educação, desemprego e trabalho informal, entre outros, buscando compreender as diferentes formas como essas questões são vivenciadas pelos indivíduos.

A desigualdade social é uma característica intrínseca ao modo de produção capitalista, uma vez que a produção da riqueza é um processo social, mas sua apropriação é privada. Isso resulta na divisão da sociedade em duas classes distintas: aqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver e os empregadores que detêm os meios de produção e, portanto, exploram a força de trabalho. No entanto, ao mesmo tempo em que a exploração do trabalho vivo é fundamental para a criação de valor das mercadorias e a obtenção de mais-valia, os trabalhadores também enfrentam o desemprego em uma dimensão estrutural. Isso significa que atualmente há um grande contingente de pessoas qualificadas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho. O capitalismo utiliza essa situação como estratégia para precarizar o trabalho, manter os salários baixos e intensificar a exploração daqueles que estão empregados.

Esse cenário também contribui para o aumento do trabalho informal, dos índices de trabalho infantil e das violações dos direitos trabalhistas, afetando diversas dimensões da vida social, tanto objetivas quanto subjetivas.

AS TENDÊNCIAS ATUAIS DA RELAÇÃO TRABALHO E DESEMPREGO

Considerando que a desigualdade social surge da relação contraditória entre capital e trabalho, é importante refletir sobre o trabalho e seu papel central na constituição da vida social na sociedade capitalista, para compreendermos o desemprego como uma das muitas expressões desse antagonismo entre essas duas classes sociais.

Como aponta Antunes (2000), o trabalho, em sua dimensão concreta, é visto como o elemento que permite ao ser humano tornar-se sujeito diante da natureza, objetivando-se teleologicamente para atender às necessidades do ser social em sua relação com a natureza. Ao realizar essa função, o trabalho cria novas necessidades e alternativas, sendo considerado a protoforma do ser social, um componente inseparável dos seres sociais.

No entanto, na sociedade capitalista, o trabalho é percebido a partir de sua dimensão abstrata, onde é visto como um elemento que cria valores de uso e troca. Nesse contexto, ele perde seu caráter útil e concreto, que envolve o intercâmbio entre o ser humano e a natureza na produção de bens socialmente necessários. Na dimensão abstrata, o valor de uso é subordinado ao valor de troca, tornando-se apenas um dispêndio da força produtiva humana, física ou intelectual, socialmente determinada. Assim, o trabalho abstrato é visto como o elemento criador do valor das mercadorias (Antunes, 2000).

Nesse contexto, o trabalho continua sendo um componente fundamental da sociabilidade humana, pois é por meio dele que o ser humano se constitui e realiza suas potencialidades. No entanto, na sociabilidade do capital, onde ocorre a mercantilização dos bens, serviços e produtos, e a exploração da força de trabalho, novas configurações para as relações sociais surgem. Para Guiraldelli (2014), essas relações são mediadas pela *relação coisificada e alienada* entre compradores e vendedores da força de trabalho, e são baseadas em relações de troca. Dessa forma, o trabalho é direcionado para a produção de mais-valia e à reprodução ampliada do capital.

Na contemporaneidade, o trabalho como força produtiva é caracterizado pela flexibilização, exigindo que os trabalhadores aderissem integralmente ao projeto do capital. Esse processo amplia o trabalho alienado e precarizado, como aponta Antunes (2001), uma vez que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (Antunes, 2001, p. 43).

Desse modo, as profundas mudanças no mundo do trabalho são evidenciadas, diante de uma desaceleração no ritmo de crescimento e níveis acentuados de desemprego e miséria na população, contribuindo para o agravamento da questão social. Nesse contexto, a reprodução do capital é marcada pelo crescimento técnico-científico e pelo desenvolvimento econômico, enquanto simultaneamente aumenta a miséria, violência, exploração, opressão e degradação do trabalho. Isso significa que a questão social, que engloba os antagonismos entre capital e trabalho, adquire novos contornos, intensificando as desigualdades sociais (Guiraldelli, 2014).

Santos (2012) analisa o desemprego como uma forma de “não trabalho” que resulta da ausência de compra e venda da força de trabalho. Esse fenômeno é um componente estrutural do capitalismo, decorrente não apenas da disponibilidade de força de trabalho, mas também do aprofundamento da precariedade e instabilidade dos vínculos empregatícios.

Em suas diversas facetas, o desemprego apresenta seu caráter crônico que é caracterizado por Silveira Júnior e Nascimento (2013) como uma tendência contraditória e particularizada do capitalismo contemporâneo, especialmente em países periféricos e dependentes como o Brasil. As consequências sociais negativas dessa tendência, que expulsa grandes contingentes da população do mercado de trabalho, são visíveis há décadas, inclusive nos países centrais do capitalismo.

A competição pelo mercado de trabalho intensifica-se à medida que aumenta o número de trabalhadores qualificados que estão desempregados. No contexto brasileiro, o crescente desemprego é evidenciado tanto pelo número de pessoas que não conseguem ingressar no mercado de trabalho quanto pela quantidade daqueles que perdem seus empregos.

Antunes (2000) pontua a tendência de subproletarização do trabalho, que se manifesta por meio de suas formas precárias, tais como o trabalho parcial, temporário, subcontratado e ligado à economia informal. Todos esses diferentes grupos de trabalhadores compartilham a precariedade



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do emprego e da remuneração, a falta de regulamentação das condições de trabalho conforme as normas legais ou acordadas, a regressão dos direitos sociais e a ausência de proteção e representação.

A tendência de aumento nos índices de desemprego está em linha com o que Guiraldelli (2014) analisa, ao afirmar que

[...] atualmente, o que se verifica é a redução de empregos estáveis e protegidos, o que não significa o "fim do trabalho" nem o "fim da história". Na atualidade, o que se observa é a eliminação de postos de trabalho, a redução de trabalho vivo e crescentes taxas de desemprego, que assume dimensão estrutural, ampliando o índice de trabalhadores supérfluos ao capital. Diferentemente do desemprego temporário e cíclico causado em períodos e conjunturas de crise do capital, o desemprego estrutural é caracterizado pela expulsão dos indivíduos da cadeia produtiva sem possibilidade de reinserção futura no mercado de trabalho (Guiraldelli, 2014, p. 102).

Para o autor, os custos da crise capitalista têm recaído sobre a classe trabalhadora, que enfrenta desemprego, precarização das condições de trabalho, cortes nos serviços públicos e sociais, violência, miséria, repressão e criminalização dos movimentos sociais.

Assim, entende-se que o desemprego é uma tendência contraditória do capitalismo que afeta diretamente a sobrevivência de parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora, não apenas os indivíduos sem qualificação ou "incapacitados" para o trabalho. Pelo contrário, a dimensão estrutural do desemprego permeia todas as categorias de trabalhadores, qualificados ou não, que compõem a força de trabalho na sociedade capitalista.

Segundo Santos (2006, p. 17), "[...] o desemprego exacerbado aumenta a incidência de novas formas de trabalho: trabalho parcial, temporário, terceirizado, precário, subcontratado". Essas formas de contratação não garantem direitos sociais e intensificam a desintegração do movimento da classe trabalhadora. A autora ainda afirma que "[...] a falta de emprego é o sintoma mais evidente da desigualdade social".

Com o agravamento do desemprego, a desigualdade social se intensifica, resultando em outras manifestações da questão social que demandam políticas públicas e sociais. Essa questão não pode ser reduzida apenas à dimensão econômica ou de subsistência, pois afeta diversas áreas da vida social, como saúde, educação, violência, uso abusivo de substâncias psicoativas, moradia, trabalho infantil, desigualdade de gênero e racismo, especialmente quando relacionamos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o acesso à proteção social com a participação no mercado de trabalho formal. Ceolin (2014) destaca que isso ocorre porque a produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não se limitam à relação entre capital e trabalho nas condições materiais de produção e reprodução da vida, mas abrangem um complexo mais amplo, envolvendo a totalidade da vida social e suas formas de consciência e expressões culturais.

As relações sociais englobam tanto a reprodução da vida social quanto a configuração dos modos de vida, considerando tanto aspectos históricos quanto cotidianos. As demandas que surgem dessas relações sociais antagônicas moldam as condições de existência do ser social na totalidade da vida em sociedade.

Como afirma Boschetti (2016), dentro da sociedade capitalista, o Estado assume o papel de regulador das relações econômicas e sociais, estabelecendo um sistema de proteção social por meio das políticas sociais. No entanto, é importante observar que essas intervenções não visam necessariamente superar o desemprego ou outras demandas decorrentes das relações capitalistas. Em vez disso, muitas vezes atuam como um mecanismo de controle da classe trabalhadora, mantendo a ordem social e reproduzindo a força de trabalho.

Nas sociedades capitalistas, as políticas sociais muitas vezes têm sido direcionadas mais para a administração da desigualdade social do que para sua efetiva superação. Em vez de abordar as causas estruturais da desigualdade, essas políticas tendem a fornecer medidas paliativas para lidar com seus efeitos mais visíveis. Isso pode incluir programas de Assistência Social, como auxílio alimentação, subsídios habitacionais e programas de transferência de renda, que embora importantes, muitas vezes não abordam as raízes sistêmicas da desigualdade. Assim,

Além do mercado de trabalho historicamente flexível, com força de trabalho abundante e barata, o desemprego no Brasil também é acompanhado pelo baixo nível de proteção social. [...] As medidas de atendimento aos desempregados e trabalhadores informais são portadoras da descontinuidade e da focalização (Santos, 2012, p. 200).

Essa análise destaca uma realidade em que as políticas assistenciais estão sendo substituídas por abordagens que visam mais a administração da pobreza do que a sua erradicação efetiva. Os programas de transferência de renda e os cursos de capacitação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissional muitas vezes não oferecem uma verdadeira oportunidade de inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a manutenção da força de trabalho em condições precárias. Para Ceolin (2014), isso evidencia uma fragilidade nas bases de universalização da política social no Brasil, o que pode dificultar o trabalho dos/as Assistentes Sociais, que atuam dentro desse contexto mediando projetos em disputa no modo de produção capitalista.

Compreender a realidade na dimensão capital-trabalho é fundamental para os/as Assistentes Sociais, pois as políticas sociais do estado burguês, nas quais atuam, não são capazes de proporcionar igualdade ou emancipação. Conforme destaca Boschetti (2016), é essencial que esses/as profissionais atuem como agentes de transformação, tensionando contra o capital e todas as formas de exploração e opressão. Além disso, fortalecer a dimensão investigativa da profissão é crucial, pois é por meio da pesquisa que os/as Assistentes Sociais podem entender melhor a realidade na qual estão inseridos/as e desenvolver propostas de intervenção mais eficazes.

Assim,

Diante desse profundo jogo de forças sociais é dever ético do profissional entender e interpretar criticamente a realidade na qual atua, sem perder de vista que se trata de um processo dinâmico que nada tem de estático ou linear, dessa forma poderemos alcançar uma prática profissional transformadora e direcionada socialmente (Moraes e Martinelli, 2012, p. 02).

A contribuição dos/as Assistentes Sociais para a consolidação dos direitos sociais se baseia em sua formação ética, política, teórica e metodológica, que lhes permite compreender a realidade de forma ampla e dialética, indo além das dimensões empíricas. De acordo com Santos (2012), essa compreensão histórica dos processos que compõem a reprodução das relações sociais capitalistas capacita os/as profissionais a orientar políticas sociais de maneira ética e política. Portanto, conhecer as estruturas da formação social é fundamental para intervenções fundamentadas e eficazes.

Nos tempos de precarização do trabalho, aumento do desemprego e redução da efetivação de direitos pelo Estado, os/as Assistentes Sociais enfrentam desafios duplos. Como trabalhadores/as assalariados/as, enfrentam as transformações no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, como profissionais que lidam com as demandas da classe trabalhadora, precisam atuar no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

âmbito das políticas de proteção social. Em ambos os espaços, é necessário enfrentar a realidade de forma crítica e orientada pelo projeto ético-político da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto profissional do Serviço Social é fundamentado na busca pela superação das desigualdades sociais, combatendo a exploração de classes e a dominação de gênero, ao se alinhar à luta dos trabalhadores pela democracia, equidade e justiça social. Diante das manifestações da questão social, é essencial que o/a Assistente Social mantenha o foco nesse projeto, compreendendo as complexidades do contexto atual, marcado por transformações sociais e crises do capitalismo que intensificam as demandas decorrentes da relação entre capital e trabalho.

O desemprego se apresenta como uma demanda central para a profissão, refletida nos serviços e programas sociais destinados a minimizar seus impactos na vida dos usuários. No entanto, a política social do estado burguês é caracterizada por ser focalizada, segmentada e burocratizada, voltada para garantir os mínimos sociais – o que limita o acesso aos direitos sociais. Diante desse cenário, além da busca pela efetivação dos direitos, é necessário que os/as profissionais atuem nos espaços de luta e controle social para construir embates e tensionamentos em prol de uma sociedade justa e humana.

As transformações recentes no mundo do trabalho, incluindo as mudanças nas leis trabalhistas e na Previdência Social, colocam em evidência a vulnerabilidade da classe trabalhadora. Essas alterações reforçam a ideia de que os custos da crise são suportados principalmente pelos/as trabalhadores/as. Essas mudanças afetam tanto quem está empregado quanto quem está desempregado, ampliando o campo de embate pela defesa dos direitos sociais e contra a exploração do trabalho. Essa convocação dos/as trabalhadores/as e dos movimentos sociais para a luta é fundamental para a preservação e fortalecimento dos direitos conquistados ao longo da história.

REFERÊNCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 118, São Paulo, 2014, p. 239-264. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a03n118.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

GUIRALDELLI, R. Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 1, 2014, p. 101-115. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17n1/a08v17n1.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MORAIS, J.; MARTINELLI, M. L. A importância da categoria mediação para o Serviço Social. **Anais XX Seminário latino Americano de Escuela de Trabajo Social**. 2012. Argentina, p. 1-10.

PAULO NETTO, J. **A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social**. Redigido em 1999 e originalmente publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

PAULO NETTO, J. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In: **Serviço Social e Social**, n. 84, novembro de 2005b, p. 05-18.

SANTOS, A. M. **Questão Social, trabalho e desemprego**. Rio Grande do Sul: Grupo Ecosol CES, 2006. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/nucleos/ncps/ecosol/investigadores/aline_santos/publicacoes/2006_artigo_qs_e%20desemprego_aline.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SANTOS, J. S. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA E SILVA, M. O. **Serviço Social e o Popular: resgate metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A.; NASCIMENTO, C. M. Desemprego crônico e superpopulação relativa: apontamentos a partir da crítica da economia política. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 20 - 32, jan./jun. 2013. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/13887/9632>>. Acesso em:
12 maio 2024.